

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

**Aportes Teóricos
e Proposições Metodológicas**

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

Pesquisa em Desenvolvimento Rural



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE DO SUL

Reitor

Carlos Alexandre Netto

Vice-Reitor e Pró-Reitor
de Coordenação Acadêmica

Rui Vicente Oppermann

EDITORA DA UFRGS

Diretor (interino)

Rui Vicente Oppermann

Pesquisa em Desenvolvimento Rural

Aportes Teóricos e Proposições Metodológicas

VOLUME 1

**Marcelo Antonio Conterato
Guilherme Francisco Waterloo Radomsky
Sergio Schneider**

ORGANIZADORES

© dos autores
1ª edição: 2014

Direitos reservados desta edição:
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Capa: Carla M. Luzzatto
Revisão: Carlos Batanoli Hallberg
Editoração eletrônica: Fernando Piccinini Schmitt

P438 Pesquisa em desenvolvimento rural: aportes teóricos e proposições metodológicas – volume 1 / Organizadores Marcelo Antonio Conterato, Guilherme Francisco Waterloo Radomsky [e] Sergio Schneider. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2014.

320p. : il. ; 16x23cm

(Série Estudos Rurais)

Inclui figuras, quadros e tabelas.

Inclui referências.

1. Agricultura. 2. Desenvolvimento rural – Metodologia da pesquisa. 3. Epistemologia – Pesquisa científica. 4. Estudos rurais – Metodologia da pesquisa. 5. Políticas públicas – Avaliação – Impacto. 6. Etnodesenvolvimento. I. Conterato, Marcelo Antonio. II. Radomsky, Guilherme Francisco Waterloo. III. Schneider, Sergio. IV. Série

CDU 631.1:316.324.5:001.891

CIP-Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação.
(Jaqueline Trombin – Bibliotecária responsável CRB10/979)

ISBN 978-85-386-0245-3

Pós-desenvolvimento e estudos rurais: notas sobre o debate e agenda de pesquisa

Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Estudos críticos sobre as políticas e os programas de desenvolvimento assumiram nas últimas décadas um importante papel na análise de intervenções sociais e econômicas planejadas. As múltiplas vertentes analíticas que apareceram recentemente nas ciências sociais partilham da ideia de que pontos de vista que problematizem o modo como os processos de desenvolvimento (rural ou urbano) são elaborados, organizados e colocados em prática auxiliam a complexificar este tema ainda candente nas ciências sociais. Simultaneamente, parte destes estudos sugere que a racionalidade do desenvolvimento precisa ser examinada, isto é, o modo como se constroi a lógica das intervenções, suas justificativas políticas e os fundamentos ético-normativos. Como efeito, os mesmos autores sustentam a importância em entender como e por que contestações a políticas de desenvolvimento são acionadas. Um ponto de vista dentre todos os que disputam lugar e “olhar legítimo” sobre o problema adquiriu um posicionamento teórico-político determinado: ao invés de procurar reconstruir um tipo de desenvolvimento mais igualitário, inclusivo ou ambientalmente responsável, o pós-desenvolvimento busca destruir a narrativa do desenvolvimento e imaginar uma era em que ele não seja mais o pilar organizador e nuclear das sociedades.

Apesar disto, o pós-desenvolvimento não pode ser considerado um paradigma unitário, já que uma gama de perspectivas e pontos de vista aparecem sob esta denominação. Para fins de compreensão desta diversidade, podemos afirmar que é uma vertente com um conjunto de proposições, mas muitos dos autores que a sustentam possuem conexões apenas parciais – e que, para complexificar ainda mais, seus pensamentos e posições se transformam ao longo dos anos.

Este capítulo tem por finalidade realizar um balanço panorâmico sobre o pós-desenvolvimento. Tematizado por diversos pesquisadores de diferentes países, observa-se que o debate encontra ainda pouca fertilidade acadêmica no Brasil. Portanto, espera-se poder contribuir com a discussão sobre o assunto e, especialmente, aprofundar o debate sobre o tema do desenvolvimento que amplie as possibilidades analíticas e os instrumentais teóricos até então conhecidos.

Na próxima parte do texto, apresento qual o posicionamento teórico e político do pós-desenvolvimento e, na seguinte, o foco epistemológico que esta perspectiva, apesar de bastante diversa, ocupa observando-se a obra de alguns autores. Nas seguintes seções, demonstro como o pós-desenvolvimento se distingue de outros pontos de vista críticos das concepções convencionais sobre desenvolvimento, quais críticas aparecem a esta proposta e quais tipos de orientações e caminhos metodológicos podem ser construídos.

Duas contestações

Os estudos que inauguraram o assim denominado pós-desenvolvimento se construíram a partir de duas contestações interligadas: a primeira relacionada a processos e políticas de desenvolvimento e a segunda de caráter teórico.

Entre os anos 1950 e fins dos anos 1970, países da América Latina, África e parte do continente asiático se tornaram campo de experimentos em políticas de desenvolvimento. Após os anos de reconstrução da Europa, destruída pela 2ª guerra mundial, os esforços se voltam para as nações consideradas “atrasadas” em termos de urbanização e industrialização. Por meio da ajuda internacional, via financiamento e incentivos, Estados organizaram programas de alavancagem econômica e investimento pesado (industrial e em infraestrutura) na tentativa de romper com o suposto retardo da modernização social e promover o crescimento econômico, que deveria ser mimético à modernização ocorrida nos países da Europa e nos EUA.

Neste processo, os Estados se tornaram condutores das políticas e dos programas de desenvolvimento, isto é, os atores principais. Passados muitos

anos, pesquisadores passaram a se concentrar em analisar os resultados dos esforços do desenvolvimento. Em meados dos anos 1980, importantes pesquisas apresentam seus resultados iniciais e mostram que as políticas de desenvolvimento possuem papel central na despolitização de problemas sociais, ou seja, para cooperação entre países acontecer e a ajuda internacional conseguir implementar projetos nos lugares ditos “subdesenvolvidos”, será preferível que os agentes se acomodem aos problemas sociais (desigualdades, por exemplo) e políticos locais sem tocar nas estruturas de dominação (Ferguson, 1990). Outro aspecto demonstrado pelos pesquisadores diz respeito à orientação dos programas: as intervenções têm hierarquia e partem de um grupo de pessoas interessadas em determinadas transformações e não em outras, o que se costuma denominar de caráter *top-down* das políticas (Escobar, 1995). Além disto, as intervenções objetificam as pessoas e instrumentalizam a vida ao quantificá-la e promovê-la por meio do utilitarismo e do produtivismo (Ferguson, 1990; Escobar, 1995). Portanto, a crítica ao desenvolvimento assumiu um ponto de vista que sublinha todos os efeitos negativos que qualquer política com fins supostamente benéficos constitui (Rist, 2008).¹

Do ponto de vista teórico, correspondente à segunda contestação, o pós-desenvolvimento se insere claramente na problematização às duas narrativas principais que se tornaram balizadoras do debate entre os anos 1960 e meados dos anos 1970: a teoria da modernização e o marxismo (Escobar, 2005). As teorias da modernização procuraram sustentar os diferentes estágios do desenvolvimento e as pré-condições para que ele ocorra (Rostow, 1974), pouco manifestando discutir o que significa de fato desenvolvimento e quais os dilemas de se posicionar por uma definição. Amparadas na dicotomia “tradicional-moderno”, as teorias da modernização mostravam elementos empíricos que constituíam a passagem de um estado (tradicional) para outro (moderno): incrementos graduais em rendas monetárias e no Produto Interno Bruto, diminuição da população marginal ao sistema de produção e consumo do mercado capitalista, ganhos em produtividade, racionalidade orientada a objetivos e universalismo como valor. Já a perspectiva marxista, com diferentes matizes, enfatizava os efeitos contraditórios do desenvolvimento, mostrando que o conflito de classes no capitalismo criava desigualdades e tensões. De certo modo, o desenvolvimento na abordagem marxista é algo positivo, pois é o próprio capitalismo que produz problemas e não permite que os benefícios

¹ Buscar referenciais fundadores do pós-desenvolvimento não é tarefa simples, pois literatura de crítica ao tema emerge em diferentes lugares num período aproximado. Pode-se mencionar o trabalho de Escobar (1984) como o primeiro a refletir o desenvolvimento (e o “terceiro mundo”) pelo prisma dos referenciais analíticos de Foucault (Corbridge, 2007).

do progresso social e econômico aconteçam para a sociedade como um todo, haja vista a natureza da divisão de classes.

No espaço agrário, as teorias da modernização apregoavam a intensificação tecnológica e o produtivismo como modos de resolução dos problemas de ineficiência da agropecuária. A “revolução verde” posta em prática, pode-se dizer, se constituiu no ápice da perspectiva analítica. No ponto de vista marxista, os problemas de apropriação e acumulação de capital eram centrais para a realização da rentabilidade (Mann e Dickinson, 1978), mas a inovação tecnológica e o gerenciamento da força de trabalho – entre familiar e não familiar, por exemplo (Friedmann, 1978) – podia acirrar a polarização de classes sociais e criar abismos sociais mais intensos. Os estudos sobre complexos agroindustriais (Kageyama e Silva, 1983) e sua transformação profunda sobre a relação entre empresas e agricultores, o trabalho assalariado no campo, a propriedade rural e a categoria “renda da terra” como empecilho ao desenvolvimento agrário são alguns dos tópicos pelos quais o marxismo adquiriu força.

O pós-desenvolvimento se diferencia das duas matrizes antes analisadas ao demonstrar que o problema não está na lentidão ou ineficácia da modernização (que, se esperaria, o remédio seria apostar ainda mais para a modernização se completar); tampouco, tal qual a visão marxista, o problema está no que o desenvolvimento não faz, pois não está em jogo simplesmente apropriações de classes dos benefícios das políticas do desenvolvimento ou como criar um modelo de desenvolvimento que não seja capitalista. O nó da questão está no que o desenvolvimento executa. Naquilo que ele faz – instrumentalizar, mercantilizar, intervir na vida das pessoas, planejar, modificar e colonizar os modos de vida tradicionais, criar programas “de cima para baixo”, quantificar resultados e construir realidades por meio de diagnósticos e relatórios – o desenvolvimento é muito eficiente. Em uma passagem conhecida, Escobar afirma:

[...] O discurso e a estratégia do desenvolvimento produziu seu oposto: subdesenvolvimento e empobrecimento massivos, opressão e exploração com raros testemunhos igualáveis. A crise de dívida, a fome no Sahel, a pobreza crescente, a desnutrição e a violência são somente os signos mais patéticos do fracasso de quarenta anos de desenvolvimento (Escobar, 1995, p. 4).

Não é raro encontrar diagnósticos pessimistas e avaliações severas com as políticas e os programas de desenvolvimento entre os autores do pós-desenvolvimento, tal como esta passagem antes destacada. Apresentadas as contestações e críticas da perspectiva, a seção seguinte aborda o foco epistemológico da proposta.

Pós-desenvolvimento: foco epistemológico

Uma primeira aproximação aos estudos orientados à desconstrução do imaginário do desenvolvimento coloca o leitor em face de certa diversidade de olhares teóricos e epistemológicos. Em que pese esta heterogeneidade, é possível observar que os primeiros trabalhos em torno da perspectiva assumiram uma posição muito clara: incorporar à análise do “terceiro mundo” e do desenvolvimento o manancial conceitual trabalhado por Michel Foucault. Esta abordagem continua a alimentar os estudos atuais (Li, 2007; Ilcan e Phillips, 2010) – embora se afirme que as pesquisas mais recentes enfatizam contextos, articulações sociais e o papel dos atores. Ainda assim, talvez se possa afirmar que a notoriedade da perspectiva tenha sido em parte por esta leitura pós-estruturalista do fenômeno do desenvolvimento. Por esta razão, o privilégio analítico será dado a este ponto de vista.²

Escobar (1995 e 2008) sustenta que políticas, programas e projetos de desenvolvimento constroem realidades. O que este autor deseja afirmar a partir desta sentença? Se a teoria da modernização possui um olhar positivista ou funcionalista e o marxismo parte de uma epistemologia realista, o pós-desenvolvimento se ampara em duas influências: o pós-estruturalismo de Michel Foucault e, no caso de alguns autores (como Escobar), os estudos pós-coloniais. Cabe uma pequena ressalva. A recepção dos estudos de Foucault foi expressiva, inclusive para parte dos autores pós-coloniais, incluindo nestes o livro *Orientalismo* de Edward Said. Tanto nos textos de Foucault como no trabalho seminal de Said emerge a noção de que o foco das investigações deve privilegiar os discursos (filosóficos e científicos, principalmente) e como estes moldam a realidade. Portanto, esta é uma abordagem *interpretativa-constitutivista* (Escobar, 2005, p. 21); ela não apenas mostra que o mundo que conhecemos é aquele da fala e do discurso, mas ele é resultado de articulações entre regimes de verdade e de poder. Ao enunciarmos algo utilizamos recursos de poder para construir realidades – tal fato se apresenta no amálgama de textos, diagnósticos e interpretações produzidos ao longo de décadas sobre povos e países que foram denominados de, e portanto tornados, “subdesenvolvidos” como uma verdade cabal.

De fato, isto significa que as oposições entre “tradicional *versus* moderno” e entre “subdesenvolvido *versus* desenvolvido” são construções conceituais que criam verdades socialmente aceitas, elas próprias não podem ser tomadas tal

² Para outras orientações epistemológicas, alguns dos quais possuem conexões apenas indiretas (quando há) com o pós-estruturalismo, ver os trabalhos de Esteva (2000), Ribeiro (2008), Gibson-Graham (2004), Rist (2008) e as diversas publicações de Serge Latouche.

como verdades incontestáveis. Escobar (1995) e Esteva (2000) mostram, um tanto quanto estupefatos, que o famoso discurso de Harry Truman em 1949, em que pela primeira vez a noção de subdesenvolvimento foi utilizada num discurso público e com tom político, transformou dois terços da população mundial em subdesenvolvida num ato de fala. Ao criar o problema do subdesenvolvido, cria-se todo o dispositivo do desenvolvimento que se tornou poderoso ao também construir as instituições de promoção do desenvolvimento (Banco Mundial, BID), os especialistas do campo, os saberes especializados, os agentes parceiros (governos, universidade, ONGs), as populações alvo.

Como mostra Escobar (2005, p. 21), enquanto as teorias da modernização orientam-se por conceitos tais como mercado e indivíduo e o marxismo por conceitos de produção e trabalho, o pós-estruturalismo toma a linguagem e o sentido como pontos cruciais de análise. Paralelamente, se para os primeiros a sociedade, o mercado e os direitos são objetos de estudo, para as perspectivas marxistas está em questão focar em estruturas sociais, relações sociais e ideologias. No caso do pós-estruturalismo, o objeto de investigação estará tanto na representação/discurso como na articulação saber-poder. Como resultado, não se pode deixar de observar que teorias têm efeitos analíticos e políticos. As teorias da modernização estabelecem como mecanismos de mudança social a existência de melhores teorias e dados, além de intervenções mais focadas – portanto são questões técnicas que importam nesta visão e não se problematiza a intervenção. Por outro lado, as orientações de cunho marxista indicam que os mecanismos de mudança estão calcados na luta de classe.

Finalmente, o que emerge como problemática do pós-estruturalismo e permite a mudança é a modificação das “práticas de saber e fazer” (Escobar, 2005, p. 21). Este ponto final sugere que não se pode falar em um divórcio entre conhecimento e poder e que as visões anteriores possuíam um tom generoso com mudanças técnicas, científicas e econômicas (elas seriam capazes de gerar efeitos positivos para todo o corpo social). Numa visão que desconstrói estas premissas, observa-se que se não houver mudanças nas práticas de saber e de fazer não haverá reais transformações na sociedade – por exemplo, nas relações de dominação de gênero, na violência das decisões do Estado, no modo como o conhecimento se legitima com poder dos cientistas, etc.

Distinções

O pós-desenvolvimento não se confunde com outras importantes críticas ao modelo convencional sobre desenvolvimento: o desenvolvimento

sustentável, a abordagem multidimensional que se popularizou e diversificou a partir do Índice de Desenvolvimento Humano da ONU e a abordagem das capacitações.

As premissas que guiam a noção de desenvolvimento sustentável são anteriores à elaboração do pós-desenvolvimento, tendo como marcos os movimentos ambientalistas dos anos 1960, críticas de intelectuais engajados (por exemplo, Rachel Carson e seu livro *Primavera Silenciosa*), o Clube de Roma, a Conferência de Estocolmo de 1972 e a Eco-92. No entanto, como sublinha Rist (2008), embora a relevância para apostar em novas (e “boas”) práticas, agendas para conservação da biodiversidade e diminuição da liberação de gases poluentes, o termo desenvolvimento sustentável se tornou um modo de manter os processos de desenvolvimento apenas adicionando um adjetivo ao termo e que possui impactos reais tímidos.

De outro lado, o pós-desenvolvimento não se aproxima das abordagens multidimensionais ou das capacitações, porque não está em questão reconstruir o desenvolvimento – na versão multifacetada ou “como liberdade” (Sen, 2000) – ou tentar salvar a ideia civilizadora de levar o desenvolvimento onde não o encontramos. As perspectivas de Sen e de autores que trabalham na perseguição destes objetivos consistem em romper com a equação ‘desenvolvimento = crescimento econômico’. Por conseguinte, tentar encontrar um modo mais eficaz de se pensar e perseguir o desenvolvimento é muito diferente de “imaginar uma era pós-desenvolvimento” (Escobar, 1995). No âmbito do pós-desenvolvimento o que se pretende é livrar-se do desenvolvimento enquanto narrativa que orienta planos, conduz populações por meio de planejamento econômico e alimenta utopias (Rist, 2008; Walsh, 2010).

Críticas e avaliações ao pós-desenvolvimento

Se, de um lado, pode-se concluir que o pós-desenvolvimento não se confunde com a reconstrução de viés sustentável do desenvolvimento, nem sequer com a abordagem multidimensional ou das *capabilities*, há outras associações programáticas, relações de influência teórica e paralelismos a serem destacados. Como é de se observar, a literatura em antropologia produziu desde os anos 1970 críticas ao programa da *development anthropology* de cunho aplicado e orientada *para o* desenvolvimento, isto é, comprometida com o ideário desenvolvimentista (Carneiro, 2012). De maneira paralela, Asad (1973) organiza uma obra em torno dos efeitos imperialistas e o caráter colonialista de parte da antropologia produzida até então. O importante trabalho de Said já

mencionado foi um marco também, não somente por aprofundar o uso dos referenciais de Foucault, porém também pela ótica de ver o mundo fora do eixo euro-americano com lentes críticas sobre a maneira como a representação do outro é construída. Pode-se afirmar que tanto o pós-colonialismo e como o programa *modernity/coloniality/decoloniality* são importantes correntes de pensamento que compõem o cenário em que o pós-desenvolvimento encontra afinidades, existindo ainda outras que mereceriam destaque, tais como a teoria feminista, os estudos subalternos e os estudos culturais.³

Estas articulações conceituais foram alvo de avaliações críticas. Corbridge (2007, p. 180) menciona que

Muitos numa espécie de pós-esquerda, enquanto isso, colocaram o desenvolvimento sob a luz da virada pós-colonial. Eles preferem ver o desenvolvimento como um conjunto de técnicas experimentais que produzem o ‘Terceiro Mundo’ como lugar patologizado de diferença/subdesenvolvimento.

De certo modo, Corbridge apresenta questionamentos relevantes, dos quais destaco: se o desenvolvimento se orienta a governar pessoas, será possível a existência de sociedades em que governamentalidade não apareça de nenhum modo? Isto é, para Corbridge, viver em sociedade é habitar regimes de poder e formas de socialização, e destas ninguém escapa – sendo a arquitetura do desenvolvimento uma constelação de poder entre outras.

De qualquer maneira, respostas ao pós-desenvolvimento sugerem que esta proposta interpretativa ganhou adeptos e opositores. Alguns trabalhos avaliaram o pós-desenvolvimento com ênfase nos aspectos metodológicos (Ziai, 2007; Brigg, 2002), outros buscaram mostrar problemas de cunho político e programático (Storey, 2000; Pottier, 2003). Para Ziai (2007) e Brigg (2002) os problemas dizem respeito ao modo como a obra de Foucault é lida. Na visão do primeiro, atribuiu-se relevância demasiada à unidade e à continuidade dos discursos do desenvolvimento enquanto formadores de mentalidades, corpos, disciplinas e problemas. Ziai sustenta que esta forma de análise (que considera toda a máquina do desenvolvimento como forte e quase monolítica) faz uma derrapagem de uma das premissas basilares de Foucault (1986): a de que o conjunto de enunciados de um campo de saber opera pela dispersão e pela descontinuidade e não forma unidade formal, apenas regularidades. Já a orientação de Brigg (2002) sugere que o pós-desenvolvimento concede excesso de importância ao suposto colonialismo que sobreviveria na era desenvolvi-

³ Não abordarei estas perspectivas aqui e remeto o leitor aos textos de Carvalho (2001), Maia (2009), Domingues (2009) e Radomsky (2011 e 2013).

mentista, deixando de perceber que no período uma série de problemas fora ultrapassada, a começar pela superação das relações efetivamente coloniais. De modo ainda mais enfático, o exercício do poder na era desenvolvimentista se exerce por meio da biopolítica, no sentido empregado por Foucault, portanto procurando administrar e promover a vida.

Para além das posturas epistemológicas, há outras dimensões críticas sobre o pós-desenvolvimento. Pottier (2003) sustenta que a análise pós-estruturalista, ao tornar o discurso do desenvolvimento a ancoragem metodológica das pesquisas, não dá respostas satisfatórias sobre o espaço do poder na maneira em que ele aparece na prática. Ao realizar isto, não se observam que negociações em torno de projetos de desenvolvimento sempre acontecem na sua efetivação. Sob outro olhar, a leitura de Storey mostra que os autores que se aproximam do pós-desenvolvimento alimentam posições políticas românticas em relação aos movimentos sociais e à sociedade civil, não percebendo neles estratégias políticas e jogos de poder.⁴

É possível ainda perceber que entre os que mais se opõem e os que estão no núcleo do pós-desenvolvimento aparecem pontos de vista intermediários, absorvendo parte das propostas e se posicionando de modo diferenciado. Este é o caso dos recentes trabalhos de De Vries (2013) e Cesarino (2012). De Vries (2013) utiliza-se da figura conceitual da máquina, que Ferguson (1990) havia acionado em seu instrumental analítico para dar conta de como o desenvolvimento funciona como um dispositivo.⁵ No entanto, De Vries demonstra, por uma perspectiva que se baliza entre Lacan e Žizek, que a máquina do desenvolvimento coloca em movimento expectativas e desejos de pessoas e, após criar sonhos, não os realiza. Ou seja, está em questão perceber que expectativas e promessas são alimentadas por formuladores e propositores do desenvolvimento para populações, portanto as vontades devem ser levadas a sério e suas promessas não podem ser abandonadas (De Vries, 2013). Este desejo passa por processos de persuasão, mas já está no âmago dos sujeitos.

O trabalho de Cesarino (2012) dialoga de maneira incessante com autores que se posicionam a partir do desenvolvimento enquanto governamentalidade, no entanto há um deslocamento da centralidade do discurso para etnografia de projetos e programas, ou seja, dar prioridade ao estudo aprofundado e qualitativo sobre as diferentes etapas de formulação, criação de acordos de cooperação, implementação de políticas, monitoramento e

⁴ Algumas respostas a estes argumentos podem ser encontrados em Rist (2008) e Escobar (2008).

⁵ O conceito de dispositivo é trabalhado por Foucault, mas um excelente ensaio interpretativo é *O que é um dispositivo?* de Agamben (2009). Paredes Peñafiel et al. (2013) utilizam o conceito de dispositivo aplicando-o num estudo sobre desenhos ontológicos e bioconstrução no sul do Brasil.

avaliação. A pesquisa de Cesarino foca a cooperação internacional entre países do hemisfério sul, especialmente os “novos doadores” no campo internacional (Brasil, China, Índia, África do Sul, etc.). Neste novo cenário, a despolitização pode acontecer tal qual no modelo de cooperação para o desenvolvimento norte-sul – que Ferguson havia mostrado –, isto é, doadores não se intrometem em assuntos de soberania nacional e os projetos acabam se acomodando às desigualdades e aos processos relacionados a disputas por poder nos locais. De outro lado, sua apreensão dos problemas mostra que o olhar “estrangeiro” ou de organismos internacionais nem sempre é o único a representar os sujeitos do desenvolvimento: em muitas ocasiões, é o parceiro e executor dos projetos em nível local que toma antecipadamente qual será o grupo-alvo da ajuda internacional, e esta possível relação de “colonização via desenvolvimento” por agentes externos (organizações multilaterais, bancos internacionais ou Estados) é mais complexa do que pode parecer. Basicamente, com a miríade de atores em relação e num mundo de conexões globais – somado ao fato do recente aparecimento dos “novos doadores” – a oposição ‘*outsider/insider*’ precisa ser melhor destrinchada. Sobre esta (possivelmente reificada) relação de oposição, a autora escreve:

[Portanto,] é menos sobre a dicotomia comumente encontrada na literatura entre estrangeiros/neocolonialistas modernos e os povos locais/tradicionais camponeses [...] do que sobre relações entre sujeitos pós-coloniais que foram diferentemente moldados por camadas históricas sucessivas de integração desigual nas margens do sistema mundial capitalista (Cesarino, 2012, p. 514, tradução do autor).

A crítica à onda de trabalhos orientados pelo pós-desenvolvimento tem a capacidade de complexificar a reflexão e criar novas modalidades metodológicas para pesquisar as vicissitudes das políticas e programas de desenvolvimento. A passagem antes citada nos direciona a envolver mais elementos nos estudos e que permitam ir além de denunciar poderes neocoloniais para análises sobre os diferentes processos sócio-históricos que constituem o social. A seguir, elaboro pontos reflexivos sobre algumas possibilidades de pesquisa.

Notas sobre pesquisa social e a perspectiva do pós-desenvolvimento

Do ponto de vista político – possivelmente num tom menos radical – Escobar mostra que imaginar uma era pós-desenvolvimento refere-se menos

a destruir o desenvolvimento enquanto tal e mais a possibilidade de que este não seja mais a narrativa que dê sentido ao nosso tempo histórico (Escobar, 2010). Quiçá esta possibilidade esteja ofuscada, seja pelos que ainda apregoam o liberalismo como solução, seja pelas recentes alusões ao festejado neodesenvolvimentismo que recupera parcialmente a aspiração do crescimento econômico de décadas passadas. Em termos metodológicos, no entanto, o pós-desenvolvimento apresenta ferramentas para análise crítica de políticas e programas de desenvolvimento.

1. Ao desnaturalizar a ideia de que o desenvolvimento é necessariamente benéfico e que uma linearidade histórico-evolutiva é um caminho lógico, faz-se relevante também desnaturalizar a noção de progresso.
2. Se a noção de progresso não é um componente natural humano, torna-se mais evidente que as políticas e programas de desenvolvimento apareceram num determinado período histórico (com efetividade real pós-1945) e se constituíram como procedimentos de intervenção. Estas ações induzidas visam transformações na população-alvo (olhando-as sob o prisma de que elas sempre têm carências) e possuem um diagnóstico previamente realizado dos problemas somado a uma orientação articulada sobre o resultado esperado (ver também Navarro, 2001).
3. Como ator crucial dos processos de desenvolvimento, o Estado e suas ações (des)articuladas precisam ser apreendidos nos termos de uma ambivalência. Isto significa desconstruir a noção de dádiva por parte da ação estatal ao “levar” o desenvolvimento onde ele não existe, ou seja, de que o desenvolvimento deve ser transladado e promovido não se coloca sob este prisma – haja vista que subdesenvolvimento é uma construção discursiva e modo de representar um estado das coisas. Dádiva e poder estão implicados e os diversos estudos mostram que o campo do desenvolvimento é constituído por relações de dominação (Ribeiro, 2008).
4. Como consequência do anterior, estudar o desenvolvimento diz também respeito a examinar as racionalidades de governo, o gerenciamento da sociedade por parte dos Estados e de organizações ou agências internacionais, portanto o dispositivo do desenvolvimento em cada caso, as práticas de governo difusas, as complexas articulações de poder e os processos de subjetivação dele decorrentes.
5. Os processos de subjetivação não são apenas decorrentes de políticas e programas de desenvolvimento, tampouco resultado de uma

relação binária entre *outsiders/insiders* dos projetos de intervenção ou, como aparece nos escritos politicamente mais radicais, “colonizadores”/“colonizados” (aqui entendendo colonização metaforicamente e esta ocorrendo através de políticas de desenvolvimento). Como mostra Cesarino (2012), as arenas de embate em que ocorrem negociações, disputas e imposição de projetos de desenvolvimento aglutinam distintos atores, para os quais as posições *neo*, *alter*, *anti*, *pós* e *pró*-desenvolvimentista não necessariamente representam condição entre agentes externos *versus* internos e estrangeiros *versus* nacionais. Portanto, a complexidade reside em examinar os comportamentos e os múltiplos pontos de vista que os atores assumem durante os processos.

6. Ao concentrar esforços de investigação no dispositivo, a orientação particular reside em conceder possibilidades para traçar genealogias. Apropriando-se dos escritos de Foucault com alguma margem interpretativa, isto significa proceder buscando não as origens remotas, mas as rupturas e descontinuidades nas formações discursivas e nas técnicas empregadas no que diz respeito a políticas de desenvolvimento. Portanto, de um lado, analisar discursos e a formação de conceitos e como eles operam em determinados períodos, como apareceram e de que maneira certas articulações enunciativas demarcam novas modalidades de nomear e de falar sobre problemas socioeconômicos. De outro, examinar como discursos sobre os problemas se relacionam a práticas específicas, projetos e programas de intervenção. Neste último caso, é atentar-se para a profissionalização dos agentes do desenvolvimento e, correlativamente, a constituição de entidades e organizações que institucionalizam o desenvolvimento e passam a abrigar estes profissionais (Escobar, 2005).
7. Por fim, as provocações por parte daqueles que se posicionam num espectro afastado do pós-desenvolvimento suscita questões de ordens prática e teórica. Qual o papel de uma descrição densa e da etnografia? Como afirmou Ziai (2007), o pós-desenvolvimento enseja a possibilidade de uma democracia radical, é necessário lidar com abertura dialógica e com a criação de simetrias com os interlocutores em campo, mesmo que estes expressem profundo desejo de desenvolvimento, tal como De Vries (2013) sustenta. Particularmente, tomar esta possível vontade a sério é importar-se com a experiência dos outros – e as promessas não cumpridas.

No que tange aos estudos rurais, os pontos acima sistematizados são igualmente importantes, embora se possa refletir sobre especificidades. Particularmente no Brasil, há poucos estudos e um avanço sob este prisma poderia complexificar as análises sobre o rural brasileiro.

Primeiramente, observa-se que uma parte importante dos escritos críticos da *modernização da agropecuária* foi realizada sob os olhares do marxismo, da perspectiva do desenvolvimento sustentável, entre algumas outras. O pós-desenvolvimento possibilitaria outra leitura do processo (já brevemente mencionada aqui) direcionando para distintos aspectos normativos e interpretativos.

Em segundo lugar, estudos sobre *diagnósticos* dos espaços rurais realizados por entidades governamentais e não governamentais e suas tecnologias de produção de saber também poderiam ser objeto de análises críticas. Como os diagnósticos são ferramentas de construção da realidade? Como os diferentes estudos (estudos de impacto ambiental, diagnósticos sobre pobreza rural, entre outros) operam e fundamentam as intervenções? De que forma conquistam legitimidade política e social os diagnósticos que sugerem respostas aos problemas para regiões rurais consideradas atrasadas?

Terceiro, a partir dos resultados de pesquisa de Ferguson (1990), cabe investigar o papel e os efeitos das políticas e programas de desenvolvimento nos *conflitos* entre atores de um determinado território. Para o caso estudado pelo autor, a implementação das ações ocasionou despolarização dos problemas sociais, mas vale indagar: em todos os casos isto ocorrerá? Em quais situações rurais as intervenções e projetos podem gerar mitigação e em quais existirá asseveramento dos conflitos?

Em quarto lugar, se modificar as *práticas de saber e fazer* é um mecanismo crucial de mudança, estudos orientados pelo pós-desenvolvimento poderiam apostar em analisar conhecimentos em ação, suas arenas de debate e as relações sociais de poder entre diferentes agentes do espaço rural (entidades de pesquisa e/ou extensão, ONGs, movimentos sociais etc.). Como elemento normativo, por à prova uma possível simetria de distintos saberes pode gerar resultados relevantes em pesquisas sobre conhecimentos rurais locais ou tradicionais.

Como quinta e última questão, refletindo *dimensões metodológicas*, analisar e estudar programas ou projetos de desenvolvimento rural não deve se confundir com melhorá-los e tampouco em apenas apontar seus erros. Examinar as intervenções é realizar um esforço por dissecá-lo, procurando (i) entender as lógicas ou justificativas que presidem as ações dos diferentes atores em jogo, (ii) analisar textos que orientam ações de organizações (projetos, relatórios, diagnósticos) e sua construção discursiva (como são escritos, de quais ferramentas metodológicas e estatísticas se valem e quais dados utilizam) tendo como panorama os

diferentes níveis em que políticas de desenvolvimento rural são agenciadas e articuladas em diferentes escalas – internacional, nacional e regional.

Existe, dessa maneira, espaço profícuo para analisar criticamente os processos sociais e políticas/programas de desenvolvimento. Todavia, é preciso perguntar: ao final, o que significa “crítica”? Ao se voltar à obra de Foucault, Lemke (2011, p. 27) sustenta que crítica é “o movimento pelo qual o sujeito dá, ele mesmo, o direito de questionar a verdade sobre seus efeitos de poder e questionar o poder nos seus discursos de verdade”. Se entre desenvolvimento e verdade permanece um liame, faz ainda sentido que a verdade do desenvolvimento seja, pelo menos, questionada.

Agradecimentos

O autor agradece à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo apoio financeiro concedido para a realização da pesquisa que originou este capítulo.

Referências

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- ASAD, T. *Anthropology & the colonial encounter*. Londres: Ithaca Press; Humanities Press, 1973.
- BRIGG, M. Post-development, Foucault and the colonisation metaphor. *Third World Quarterly*, v. 23, n. 3, p. 421-436, 2002.
- CARNEIRO, M. S. Práticas, discursos e arenas: notas sobre a socioantropologia do desenvolvimento. *Sociologia & Antropologia*, v. 2, n. 4, p. 129-158, 2012.
- CARVALHO, J. J. O olhar etnográfico e a voz subalterna. *Horizontes Antropológicos*, v. 15, p. 107-147, 2001.
- CESARINO, L. M. Anthropology of development and challenge of South-South cooperation. *Vibrant*, v. 9, n.1, p. 509-537, 2012.
- CORBRIDGE, S. The (im)possibility of development studies. *Economy and Society*, v. 36, n. 2, p. 179-211, 2007.
- De VRIES, P. Comunidad y desarrollo en los Andes Peruanos: una crítica etnográfica al programa de modernidad/colonialidad. *Sociologias*, v. 15 (33), p. 248-281, 2013.
- DOMINGUES, J. M. Global modernization, ‘colonization’ and a critical sociology for contemporary Latin America. *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 1, p. 112-133, 2009.
- ESCOBAR, A. Discourse and power in development: Michel Foucault and the relevance of his work to the Third World. *Alternatives*, v. 10, p. 377-400, 1984.

_____. *Encountering development: the making and unmaking of the Third World*. Princeton: Princeton University Press, 1995.

_____. El “postdesarrollo” como concepto y práctica social. In: MATO, D. (Coord.). *Políticas de economía, ambiente y sociedad en tiempos de globalización*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2005, p. 17-31.

_____. *Territories of difference: place, movements, life, redes*. Durham: Duke University Press, 2008.

_____. Latin America at a crossroads: alternative modernizations, post-liberalism, or post-development? *Cultural Studies*, v. 24, n. 1, p.1-65, 2010.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (Org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para conhecimento como poder*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FERGUSON, J. *The anti-politics machine: “development”, depoliticization, and bureaucratic power in Lesotho*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 2.ed. Rio: Forense-Universitária, 1986.

FRIEDMANN, H. Simple commodity production and wage labour in the american plains. *Journal of Peasant Studies*, London, v. 6, n. 1, p. 71-100, 1978.

GIBSON-GRAHAM, J.-K. The violence of development: two political imaginaries. *Development*, v. 47, n. 1, p. 27-34, 2004.

ILCAN, S.; PHILLIPS, L. Developmentalities and calculative practices: the millenium development goals. *Antipode*, v. 42 (4), p. 844-874, 2010.

KAGEYAMA, A.; SILVA, J. G. Os resultados da modernização agrícola dos anos 70. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 13, n. 3, p. 537-559, 1983.

LEMKE, T. Critique and experience in Foucault. *Theory, Culture and Society*, v. 28, n. 4, p. 26-48, 2011.

LI, T. *The will to improve: governmentality, development, and the practice of politics*. Durham: Duke University Press, 2007.

MAIA, J. M. Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 71, p. 155-168, 2009.

MANN, S.; DICKINSON, J. Obstacles to the development of a capitalist agriculture. *Journal of Peasant Studies*, v. 5, n. 4, p. 466-481, 1978.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Estudos Avançados*, 15 (43), p. 83-100, 2001.

PAREDES PEÑAFIEL, A. P.; MARQUES, F.; PROMPT, C. Desenhos locais: experiências de bioconstrução no oeste do estado de Santa Catarina com agricultores familiares. *Caderno Eletrônico de Ciências Sociais*, n. 1, p. 41-64, 2013.

POTTIER, J. Negotiating local knowledge: an introduction. In: POTTIER, J.; BICKER, A.; SILLITOE, P. (Ed.). *Negotiating local knowledge: power and identity in development*. Londres: Pluto Press, 2003, p. 1-29.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e emergência de “modernidades” alternativas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 26, p. 149-162, 2011.

_____. Pós-desenvolvimento, indicadores e culturas de auditoria: reflexões críticas sobre governança e desenvolvimento. *Revista Ciências Sociais Unisinos*, v. 49 (2), p. 155-163, 2013.

RIBEIRO, G. L. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 80, 2008.

RIST, G. *The history of development: from western origins to global faith*. 3.ed. London: Zed Books, 2008.

ROSTOW, W. *Etapas do desenvolvimento econômico (um manifesto não-comunista)*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

SAID, E. *Orientalism*. New York: Vintage Books, 1978.

SEN, A. K. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

STOREY, A. Post-development theory: romanticism and Pontius Pilate politics. *Development*, v. 43, n. 4, p. 40-46, 2000.

WALSH, C. Development as buen vivir: institutional arrangements and (de)colonial entanglements. *Development*, v. 53, n. 1, p. 15-21, 2010.

ZIAI, A. The ambivalence of post-development: between reactionary populism and radical democracy. In: _____. (Ed.). *Exploring post-development: theory and practice, problems and perspectives*. London: Routledge, 2007, p. 111-128.